

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.942 - SP (2019/0155155-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MARCOS PEREIRA DE JESUS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **MARCOS PEREIRA DE JESUS** contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. MOEDA FALSA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA.

1. A materialidade e a autoria devidamente comprovadas.
2. A alegação do desconhecimento da falsidade está dissociada do conjunto probatório. Com efeito, não basta a mera alegação de ausência de dolo por desconhecimento da falsidade das notas para afastar a culpabilidade. É necessário perquirir se as circunstâncias fáticas e o conjunto probatório coadunam-se, de forma consistente, com a versão do apelante. Isso, todavia, não ocorre na espécie..
3. O conjunto probatório, enfim, é coeso e supera qualquer dúvida de que o recorrente guardava cédulas sabidamente falsas e que pretendia colocá-las em circulação.
4. Dosimetria da pena mantida.
5. Apelação desprovida." (e-STJ, fl. 355).

A defesa aponta negativa de vigência aos arts. 33, § 2º, "b" e 59 do Código Penal. Sustenta, em síntese, "no que tange ao aumento da pena por maus antecedentes, conforme já assentado no v. acórdão, o Recorrente teve uma única condenação ocorrida no ano de 2005". Aduz, que "o Supremo Tribunal Federal vem se posicionando no sentido de que as penas extintas há mais de cinco anos não devem ser consideradas para fins de maus antecedentes, sob pena de perpetuação de efeitos que a lei não prevê e de se ferir os princípios da dignidade da pessoa humana, entre outros".

Requer a fixação da pena-base no mínimo legal, com a exclusão dos maus antecedentes e, consequentemente, o estabelecimento do regime aberto.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 382-390).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação do óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 392-396). Daí este agravo (e-STJ, fls. 398-408).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 432-434).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal assim fundamentou sua decisão com relação à dosimetria da pena:

"Passo ao reexame da dosimetria da pena.

Na primeira fase, o juízo a quo fixou a pena-base acima do mínimo legal, em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, considerando os maus antecedentes em razão da existência de uma condenação transitada em julgado.

De fato, o acusado ostenta maus antecedentes (fls. 07 do apenso), de modo que nego provimento ao pleito defensivo e mantenho o aumento efetuado pelo juízo sentenciante, eis que suficiente e proporcional. Assim, fica mantida a pena-base em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa." (e-STJ, fl. 353).

Quanto à pretensa violação ao artigo 59 do Código Penal, da análise dos autos, verifica-se a ausência de prequestionamento quanto a tal dispositivo, tendo em vista que o acórdão recorrido não tratou, especificamente, da matéria sobre a qual se insurgiu o ora recorrente (penas extintas há mais de cinco anos não devem ser consideradas para fins de maus antecedentes).

Note-se que a tese defensiva relacionada ao citado dispositivo não foi objeto das razões da apelação, tampouco houve oposição de embargos de declaração para que se buscasse pronunciamento sobre a matéria nele versada.

Assim, perquirir na via estreita do especial eventuais violações às referidas normas, sem que se tenha explicitado a tese jurídica de que ora se controverte, seria frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância.

A propósito, não é outro o teor do enunciado 282 da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". No mesmo sentido, o enunciado 356 da Súmula do STF.

De fato, para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos por violados, para que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal, situação essa que não ocorreu no presente caso. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)

Ressalta-se, ademais, que mesmo se tratando de nulidades absolutas e condições da ação, é imprescindível o prequestionamento, pois este é exigência indispensável ao conhecimento do recurso especial, fora do qual não se pode reconhecer sequer matéria de ordem pública, passível de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias. Confirmam-se, nesse sentido, os precedentes da Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A teor do disposto no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento

Interno deste Sodalício, com a redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, o relator pode negar provimento ao recurso ou ao pedido se as razões apresentadas forem contrárias a entendimento jurisprudencial dominante sobre o tema, justamente o que se verificou no presente caso. 2. O cabimento de agravo regimental contra o julgamento singular afasta a alegação de violação aos princípios da ampla defesa e da colegialidade, já que a matéria pode, desde que suscitada, ser remetida à apreciação da Turma.

3. O prequestionamento de teses jurídicas constitui requisito imprescindível para admissibilidade de recurso especial, mesmo quando se tratar de matéria de ordem pública, sob pena de indevida supressão de um dos graus de jurisdição.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 298.957/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018)

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. ALEGADA SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO SENTENCIANTE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. VIA INADEQUADA PARA EXAME DO PLEITO. EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO CAUTELAR. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

6. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

7. No caso em exame, a tese de excesso de prazo da prisão cautelar não restou examinada pelo Tribunal estadual, impossibilitando, assim, seu exame por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

8. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 336.508/SP, minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 09/04/2018)

Desta feita, tendo em vista a incidência, por analogia, das Súmulas 282 e 356, ambas do Supremo Tribunal Federal, quanto ao artigo 59 do Código Penal, inviável o conhecimento do recurso.

Por fim, mantida a pena estabelecida na sentença condenatória, mantém-se a fixação do regime semiaberto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo, para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator